

Opinião do GLOBO

A Polícia Federal está diante de incertezas

Novo diretor-geral da PF, ligado ao nome predileto de Bolsonaro, terá a gestão acompanhada de perto

A posse do novo diretor-geral da Polícia Federal, Rolando de Souza, a portas fechadas no Planalto, é parte da crise em que se encontra a instituição. A atmosfera de incertezas em torno da PF se torna ainda mais densa com a nomeação de Rolando, um delegado que trabalhou na Agência Brasileira de Informações (Abin), sob Alexandre Ramagem, que era o preferido do presidente Bolsonaro para o cargo. Impossibilitado por decisão liminar do ministro do Supremo Alexandre de Moraes de nomear Ramagem, Bolsonaro ficou com seu subordinado. O presidente não pode reclamar de especulações de que a PF estará na verdade sob a sombra de Ramagem, também delegado de carreira.

A visível manobra, a ser desmentida apenas por fatos, é mais um lance na história das desavenças entre o ex-ministro da Justiça Sérgio Moro e Bolsonaro sobre o desejo do presidente de tratar a PF como uma autarquia subordinada ao Planalto, um puxadinho do Palácio. Moro resistiu enquanto pôde.

Chegou a substituir um superintendente do Rio de Janeiro, área de especial interesse do clã Bolsonaro, mas não conseguiu manter Maurício Valeixo no cargo que agora é de Rolando de Souza. Sob intensa pressão do presidente, saíram Valeixo e Moro, este fazendo um pronunciamento de delação sobre interesses presidenciais nada republicanos na PF, que fundamenta inquérito aberto no Supremo.

Rolando de Souza terá suas decisões acompanhadas de perto. Segundo Sérgio Moro, Bolsonaro quer um diretor-geral e superintendentes da PF que lhe possam passar informações a tempo e hora, como se o Brasil fosse uma república de bananas. Deseja converter a PF, um organismo de Estado, em um departamento do governo. Não há base legal para isso. Existem normas, protocolos. Tudo piora quando se sabe, por Moro, que Bolsonaro tem preocupação especial com inquéritos sobre a organização de manifestações antidemocráticas e a disseminação de fake news e ataques contra o Supremo e seus juízes, investigações presididas no

STF por Alexandre de Moraes. As revelações de Moro levaram o ministro a atender à reclamação do PDT contra a ida de Ramagem, amigo da família Bolsonaro, para o posto mais elevado da PF. O ato esbarra nos preceitos constitucionais da "impossibilidade, da moralidade e do interesse público".

O novo diretor-geral, em tese, será aquele para o qual Bolsonaro se sentiria à vontade para pedir favores. Mas é precipitado qualquer julgamento de Rolando de Souza. Bolsonaro, também de acordo com Moro, desejava trocar o superintendente do Rio, onde há investigações que envolvem o filho, senador Flávio Bolsonaro, no escândalo das "rachadinhas", golpe dado na Alerj para desvio de dinheiro público. Ontem mesmo, Rolando de Souza convidou este superintendente, Carlos Henrique Oliveira, para ser seu segundo, cargo de peso, mas distante das investigações. Falta, para confirmar o que disse Moro, afastar o superintendente de Pernambuco. As tentativas sobre Rolando de Souza aumentam. Se continuar assim, reforçará as denúncias de Moro.

Mobilização mundial tenta conter onda de invasão de terras indígenas

Garimpeiros e madeireiros ilegais facilitam a disseminação da Covid-19 em reservas

Ação de garimpeiros e madeireiros ilegais em reservas indígenas na Amazônia não chega a ser novidade de um governo que despreza o meio ambiente. Mas, diante da pandemia do novo coronavírus, que assume proporções catastróficas na Região Norte, em especial no Amazonas, torna-se, além de irregular, um risco para essas populações, mais vulneráveis a qualquer tipo de doença.

E não se trata de abstração. Indígenas já estão contraindo a Covid-19. No dia 9 de abril, o ianomâni Alvinei Xirixana, de 15 anos, morreu vítima da doença. O adolescente morava na comunidade Xirixana em Alto Alegre, no Norte de Roraima, região alvo de madeireiros e garimpeiros ilegais.

Desde a morte do ianomâni, os casos se multiplicaram. No dia 28 de abril, o Instituto Socioambiental (ISA), que monitora o avanço da doença nessas populações, contabilizava 11 mortes

confirmadas pela Covid-19. E o número de registros sobe de forma acelerada.

Por óbvio, a forma de conter o avanço da doença é impedindo a onda de invasões de terras indígenas. O que também beneficiaria a floresta, à medida que reduziria o desmatamento e a extração ilegal de recursos minerais.

Mas o governo Jair Bolsonaro prefere adotar uma negligência deliberada, podando de todas as formas a atuação dos órgãos técnicos. Em abril, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, demitiu o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Olivaldi Azevedo, depois de uma megaoperação realizada em terras indígenas no Sul do Pará para reprimir o desmatamento e o garimpo ilegais. Como é de praxe, equipamentos apreendidos com os invasores foram queimados. Mas, na visão do governo, quem agiu errado foi o diretor do Ibama, que não conseguiu conter o impeto dos fiscais. No fim do mês passado, outros servidores que participa-

ram da operação foram exonerados.

Nesse cenário de desatino, é bem-vinda a mobilização feita pelo fotógrafo Sebastião Salgado, que cumpre quarentena em Paris, onde mora. Ele organizou um manifesto internacional para cobrar do governo brasileiro a proteção das populações indígenas. Já angariou o apoio de personalidades como Madonna, Paul McCartney, Brad Pitt etc. Um movimento mundial, como ocorreu em relação às queimadas, poderá pressionar o governo e evitar uma tragédia. "Existe uma possibilidade real de extermínio dessas populações indígenas", disse Salgado.

A exploração em áreas de reservas é assunto a ser tratado em bases técnicas, e decidido no Congresso. Fora isso, ações ilegais de madeireiros, garimpeiros e grileiros devem ser reprimidas pelos órgãos competentes. É preciso que o governo Bolsonaro tenha uma visão clara sobre quem está a favor da lei e quem está contra ela. O vilão é outro.

Artigos

oglobo.globo.com/opinio/
cartas@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA



oglobo.globo.com/blog/mervalpereira
editoria.artigos@oglobo.com.br



Supremo poder

Pela segunda vez em poucos dias o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, é obrigado pelas circunstâncias políticas provocadas pelo presidente Jair Bolsonaro a soltar uma nota oficial tentando retirar as Forças Armadas do protagonismo em que o presidente as coloca em manifestações antidemocráticas.

A frase dubia dita por Bolsonaro durante manifestação de domingo sobre as Forças Armadas tem o propósito de colocá-las ao lado das atitudes ilegais e inconstitucionais que está cometendo.

As Forças Armadas teriam que se pronunciar, natural que não pudessem dizer claramente que o presidente está mentindo, ou usando-as como biombo para ações ilegais, mas coube uma nota oficial a respeito do entendimento sobre democracia, respeito às leis, ao Congresso e ao STF, para que não pareça o nada nenhuma dívida de que não estariam realmente ao lado de Bolsonaro quando ele quebra as regras da democracia.

Sublinhando que as Forças Armadas são "organismos de Estado", já eximiram-se de uma atuação de governo, como a de domingo em frente ao Palácio do Planalto, com um teor político explosivo. Bolsonaro, no entanto, ainda tem uma compreensão por parte de seus pares militares, que não entenderam ainda, ou não querem entender, que essas manifestações são claramente ilegais.

Ao dizer na nota oficial que a "liberdade de expressão é requisito fundamental de um país democrático", os chefes militares trataram como normal manifestações que pregam ações ilegais por parte das Forças Armadas, o que não tem nada de normal.

Bolsonaro está diariamente transgredindo a lei, cometendo crimes de responsabilidade e crimes comuns, e vai chegar o momento em que retóricas dele e a dos que o combatem não serão mais suficientes. Nem notas oficiais do Ministério da Defesa.

Bolsonaro está esticando a corda a tal ponto que parece querer o confronto para constranger o Supremo e o Congresso. É assim que acontecem os golpes modernos, que não necessitam que as Forças Armadas coloquem seus tanques nas ruas, apenas que sejam lenientes aos avanços antidemocráticos do chefe de governo da ocasião.

Ele cria situações constrangedoras, como a nomeação de um subordinado do delegado de Alexandre Ramagem para a Polícia Federal, numa tentativa de ludibriar o STF. É uma prova de que quer ter acesso a informações da Polícia Federal, o que confirma as acusações do ex-ministro Sérgio Moro.

Ao acusar o Supremo e o Congresso de armarem um complot contra ele, Bolsonaro, além de instigar seus seguidores contra esses poderes da República, tenta rotular qualquer medida que o contrarie como parte desse complot imaginário.

Ontem o ministro do Supremo Gilmar Mendes deu uma declaração esclarecedora, que tenta evitar que essa acusação conspiratória atribuída ao STF não se torne verossímil. Disse que as medidas liminares dos ministros Alexandre de Moraes, impedindo a nomeação do diretor-geral da PF por desvio de finalidade, e Luís Roberto Barroso impedindo que os diplomatas venezuelanos sejam expulsos do país neste momento, por razões humanitárias, que irritaram especialmente Bolsonaro, são decisões pontuais que não podem ser entendidas como parte de uma ação conjunta contra o Executivo.

Também a proposta do ministro Marco Aurélio Mello de que atos do Poder Legislativo ou Executivo sejam tratados diretamente pelo plenário do Supremo, para evitar insinuações de que decisões monocráticas dos ministros tenham intenções políticas é "uma tentativa de resgatar a atuação do colegiado", na definição de Marco Aurélio Mello, mas pode não ser factível, pois no mais das vezes as decisões liminares são tomadas devido à urgência do pedido, e não haveria tempo hábil para reunir o plenário.

O ministro Alexandre de Moraes, por exemplo, recebeu o pedido para sustar a posse de Ramagem na PF na véspera à noite, e teve que tomar a decisão na manhã da solenidade.

O Supremo Tribunal Federal (STF) é a única instituição que tem capacidade de anular atos do Legislativo e do Executivo, pela Constituição. Portanto, falar em independência e separação harmônica de poderes não pode significar retirar a função específica do Supremo que, como disse Rui Barbosa, "tem o poder de errar por último".

O ex-presidente do STF Ayres Britto tem uma definição clara para essa situação: "Porque o Tribunal tem o nome de Supremo? Porque está acima de tudo, acima de todos, por ser o mais alto e extremo guardião da Constituição".

Bolsonaro está esticando a corda a tal ponto que parece querer o confronto para constranger o STF e o Congresso

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: Roberto Iriarte Marinho
VICE-PRESIDENTES: João Roberto Marinho e José Roberto Marinho
PRESIDENTE EXECUTIVO: Jorge Moriga

O GLOBO

Publicado pela Editora Globo S/A.

DIRETOR-GERAL: Frederico Zeghbal Kachar

DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Griep

EDITORES EXECUTIVOS: Maria Fernanda Delmas (Coord. de Redação),
Alexandre Almeida, André Miranda, Fernanda Godoy, Flávia Barbosa
Pedro Dias Leite

Rua Marquês de Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro,
RJ CEP 20.230-240 - Tel.: (21) 2534-5000
Fax: (21) 2534-5035

FALE COM O GLOBO:

Gerar (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333 Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assin

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5595 Banco de imagens: (21) 2534-5777 Pesquisas: (21) 2534-5301

PUBLICIDADE: Notícias: (21) 2534-4333 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4355 Missas, religiosos e funerais: (21) 2534-4333.
Plano de not. de semana e feriados: (21) 2534-5501.

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://globo.com/pri_edit

EDITORES

Política: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Economia: Luciano Rodrigues - luciano.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Claudia Antunes - claudia.antunes@oglobo.com.br
Sociedade: Eduardo Gracia - eduardo.gracia@oglobo.com.br
Segunda-Edição: Fabiana Sá - fabiana.s@oglobo.com.br
Esportes: Thiago Machado (interior) - thiago.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmiento - asarmiento@oglobo.com.br
Site: Eduardo Dantas - eduardo.dantas@oglobo.com.br
Opinion: Aluízio Maranhão - aluizio.maranhao@oglobo.com.br
Arte e Qualidade: William Helder Filho - william.helder@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS

Boa Viagem: Marcelo Balbo - marcelo.balbo@oglobo.com.br
Rio Show: Irês Amorim - irês.amorim@oglobo.com.br
Ela: Maria Carolina Caruso - mcaruso@oglobo.com.br
Bate: Milton Calmon Filho - miltoncalmon@oglobo.com.br
Boa Chuva, Caro Etc e More Best: Jason Vigor - jason.vigor@oglobo.com.br

SUCESSAIS

Brasil: Paulo Celso Pereira - paulo.celso@oglobo.com.br
São Paulo: Letícia Sander - leticia.sander@oglobo.com.br

ATENÇÃO AO ASSINANTE

www.portaldoassinante.com.br

ou pelos telefones:

4002-5300 (capitais e grandes cidades)

0800-0218433 (demais localidades)

ASSINATURA MENSAL

com débito automático no cartão de crédito, ou
débito automático em conta corrente (grupos de segunda a domingo)
para R\$ 12,00, SP e ES: R\$ 13,00; DF: R\$ 14,00; O Globo não faz
cobranças em domicílio.

VENDAS EM BARRA

Dias úteis: RJ, SP, MG, ES e DF: R\$ 5,00. Demais estados: R\$ 6,00
Domingos, RJ, SP, MG, ES e DF: R\$ 7,00. Demais estados: R\$ 8,00
Carga horária: aproximada de 10h.

